

A importância do conhecimento da variação lingüística

Vera Lúcia Anunciação Costa*

A língua não é, como muitos acreditam, uma entidade imutável, homogênea, que paira por sobre os falantes. Pelo contrário, todas as línguas vivas mudam no decorrer do tempo e o processo em si nunca pára. Ou seja, a mudança lingüística é universal, contínua, gradual e dinâmica, embora presente considerável regularidade.

A crença em uma língua estática e imutável está ligada principalmente à normatividade da gramática tradicional, que remonta à Grécia Antiga, numa época em que os estudiosos estavam interessados principalmente em explicar a linguagem usada nos textos dos autores clássicos e em preservar a língua grega da “corrupção” e do “mau uso”. A língua escrita – especialmente a dos clássicos – era tão valorizada que era considerada mais pura, mais bonita e mais correta do que qualquer outro tipo de linguagem.

A lingüística moderna, no entanto, prioriza a língua falada em relação à língua escrita por vários motivos, dentre eles pelo fato de que todas as sociedades humanas conhecidas possuem a capacidade da fala, mas nem todas possuem a escrita.

Analisando a nossa própria sociedade, podemos concluir que a escrita pertence a poucos, uma vez que grande parte da população brasileira é constituída por analfabetos ou semi-analfabetos e que mesmo os que tiveram acesso à escola não a usam muito.

Além da língua falada ser mais utilizada do que a escrita e atingir

* Professora do Departamento de Métodos e Técnicas da Educação da Universidade Federal do Paraná.

muito mais situações, o ser humano a adquire naturalmente, sem precisar de treinamento especial. Apenas em contato com o modelo, ou seja, apenas exposta a uma determinada língua, qualquer criança normal é capaz de falar essa língua e compreendê-la perfeitamente nas mais variadas situações e em um período de tempo muito curto. Aos três anos, mais ou menos, uma criança já adquiriu quase todas as regras de sua língua, podendo ser considerada um falante competente da comunidade lingüística da qual faz parte. Mesmo quando parece que ela não conhece a sua língua nativa, ao dizer, por exemplo, “eu di” ou “eu fazi” no lugar de “eu dei” e “eu fiz”, a criança está mostrando que sabe muito sobre ela, pois já compreendeu que o passado, no português, termina regularmente com “i” e está aplicando uma regra geral da língua em vez de aplicar uma particular.

O processo de aquisição da escrita difere do da fala no sentido de não ser natural. Crianças que têm mais contato com a escrita sem dúvida a aprendem mais fácil e rapidamente, mas ainda assim necessitam de algum tipo de instrução.

Quanto à homogeneidade, as pessoas de uma mesma comunidade lingüística podem até pensar que falam exatamente a mesma língua, mas isso não é verdade. As diferenças lingüísticas podem ser percebidas em todas as línguas do mundo, mesmo em pequenas comunidades de fala, nos níveis fonético, fonológico, morfológico, sintático ou semântico. Por exemplo, a palavra “porta” pode ser pronunciada de várias maneiras, tais como [pɔxta], [pɔʁta] ou [pɔrta]; a palavra “mulher” pode ser pronunciada “muié”; as frases “Maria assistiu ao filme” e “faz dois anos que parei de fumar” também podem ser ditas “Maria assistiu o filme” e “fazem dois anos que parei de fumar”, respectivamente.

Na verdade, toda língua é um conjunto heterogêneo e diversificado porque as sociedades humanas têm experiências históricas, sociais, culturais e políticas diferentes e essas experiências se refletirão no comportamento lingüístico de seus membros. A variação lingüística, portanto, é inerente a toda e qualquer língua viva do mundo. Isso significa que as línguas variam no tempo, nos espaços geográfico e social e também de acordo com a situação em que o falante se encontra.

Podemos exemplificar a variação temporal com a forma “você”, que passou por uma grande transformação ao longo do tempo. No século XII, as pessoas diziam “vossa mercê” e hoje, na linguagem falada, e mesmo na escrita informal, encontramos “cê”, que não é melhor nem pior que “você” ou “vossa mercê”, embora entre os não-lingüistas a tendência seja a de considerá-la ruim, feia ou deteriorada. Isso acontece porque a so-

cidade normalmente é conservadora e demora para aceitar as mudanças, inclusive as lingüísticas.

O espaço geográfico também produz variação em um momento sincrônico de uma língua, o que pode ser explicado tanto pela existência de limites físicos como montanhas, mares ou rios que separam uma comunidade lingüística de outra, como pela idéia de “rede de comunicação”. Considerando-se uma população espalhada em um determinado espaço geográfico, uma pessoa se comunicará mais com aquelas que estão mais próximas a ela do que com as que se encontram mais distantes. Haverá, assim, um padrão de maior densidade de comunicação entre os indivíduos que estão mais próximos e de menor densidade entre os que se encontram mais distantes. A maior densidade provocará maior interação entre as pessoas e, conseqüentemente, as formas lingüísticas de uns se estenderão aos membros do grupo mais denso (que estão mais próximos) do que aos membros dos agrupamentos mais distantes. Aparecerão, dessa maneira, em cada região, diferentes variedades. No Brasil, por exemplo, a fala da região nordestina se caracteriza pela abertura das vogais pretônicas “e” e “o”, como em “mêrgulho” e “cólete”, normalmente fechadas em outras regiões. Há lugares onde se diz [tomatʃi], [pimēta] e [kaʃka] e outros em que se diz [tomate], [tomati], [pimēita] e [kaska].

As variações também podem ser notadas nas estruturas sintáticas ou no nível lexical. Assim, conforme a região, encontramos “nós fomos ir embora” em vez de “nós fomos embora” e a banana pode ser “anã”, “nanica” ou “d’água”.

A densidade de comunicação também pode explicar as variedades lingüísticas que existem entre os diferentes grupos sociais, uma vez que cada um formará a sua própria rede de comunicação. Assim, sociedades rurais e urbanas são importantes fatores sociais, bem como sexo, idade, escolaridade, classe socioeconômica, dentre outros. Sabemos, por exemplo, que pessoas que vivem nas áreas urbanas falam variedades diferentes dos falantes do meio rural, onde são comuns formas como “nóis vai” ou “eles prantô” em oposição às formas padrão “nós vamos” e “eles plantaram”, mais características das regiões urbanas.

As mulheres, por outro lado, são lingüisticamente mais conservadoras e geralmente mais sensíveis à norma culta do que os homens, além de usarem expressões e até entonações mais associadas à feminilidade, enquanto os homens, de modo geral, distanciam-se da norma padrão e usam formas que acentuam sua masculinidade. Segundo Possenti, “muitos meninos não podem usar a chamada linguagem correta na escola, sob

pena de serem marcados pelos colegas, porque em nossa sociedade a correção é considerada uma marca feminina”.

Os grupos etários também diferem lingüisticamente: os mais jovens, por exemplo, tendem a ser menos conservadores que os mais velhos e isso se refletirá na sua maneira de falar.

A escolaridade também é um fator muito relevante na questão da variação lingüística e, em nosso país, está diretamente relacionada à classe socioeconômica, porque os que têm acesso à escola pertencem, de modo geral, ao grupo socioeconômico mais privilegiado. Dessa maneira, as pessoas pertencentes aos estratos sociais mais altos tendem a usar mais as formas padrão do português do que aquelas dos grupos menos privilegiados e menos escolarizados.

A língua varia, ainda, de acordo com a situação em que o falante se encontra. Situações formais exigem uma variedade de língua mais cuidada, uma vez que a sociedade impõe certas regras sociais – e, conseqüentemente, lingüísticas – que espera ver cumpridas, e qualquer desrespeito a essas regras pode provocar não só constrangimento ao falante como também a sua não-aceitação pelo grupo. Lingüisticamente, porém, todas as formas associadas a grupos sociais e a diferentes situações são igualmente perfeitas. Nenhuma é melhor, ou mais correta ou mais bonita que outra, embora umas tenham prestígio social e outras não tenham, e embora algumas possam ser mais adequadas a certas situações sociais do que outras.

A aceitação ou não de certas formas lingüísticas por parte da comunidade falante está relacionada com o significado social que lhe é imposto pelo grupo que as usam, ou seja, estão relacionadas com o conjunto de valores que simbolizam e que seu uso comunica. Algumas variedades são estigmatizadas ou ridicularizadas não porque são feias, incorretas ou ruins em si, mas porque a sociedade, preconceituosamente, associa seu uso a situações e/ou grupos sociais com valores negativos. Cientificamente, porém, todas as variedades de uma língua qualquer são igualmente consideradas, porque possuem uma gramática, ou seja, todas possuem regras, todas têm organização e todas são funcionais.

A escola, de modo geral e tradicionalmente, tem desconsiderado a questão da variação lingüística e dos usos das variedades pela comunidade falante, o que é bastante grave, já que muito do que é classificado como problema de fala e escrita, principalmente na alfabetização, está diretamente relacionado ao fenômeno.

O professor alfabetizador, geralmente imbuído dos conceitos da gramática tradicional, atribui valores de certo e errado aos textos de seus

alunos, desconsiderando que a criança, nesta fase, além de não possuir o domínio do sistema gráfico e das complexidades que lhe são características, tendê a escrever conforme o seu dialeto regional e/ou social.

Mattoso Câmara Jr., em um artigo denominado “Erros de escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro”, apresenta resultados parciais de análises de textos em que mostra que a oralidade e a percepção fonética estão presentes na produção escrita dos alunos.

Luiz Carlos Cagliari, em *Alfabetização e lingüística*, afirma que as crianças relacionam a fala e a escrita ortográfica a todo momento e que seus erros não são fruto de distração, irreflexão ou descuido. Para ele,

os alunos, ao aprenderem a escrever produzindo textos espontâneos, aplicam nessa tarefa um trabalho de reflexão muito grande e se apegam a regras que revelam usos possíveis do sistema de escrita do português. Essas regras são tiradas dos usos ortográficos que o próprio sistema de escrita tem ou de realidades fonéticas, num esforço da criança para aplicar uma relação entre letra e som que nem sempre é previsível, mas que também não é aleatória.

Nos textos por ele analisados, a transcrição fonética da própria fala caracteriza o “erro” mais freqüente dos alunos, e em nossa amostra acontece o mesmo. Analisemos, por exemplo, dois textos “de crianças”, em fase de aquisição da língua escrita, da região rural de União da Vitória, no Paraná.

Primeiro:

AMIA MAE E BOVA I EOGO
TO MUNTUDE LA I OMEU PAIEB
AUIEG EUGOSTUDE LI
TAMEIMUNTU,
NOIS VAMUNASIDAD I PAS
IANASIDADIERBAU
NOISTOMAPICOLE

(A minha mãe é boa e eu gosto muito dela e o meu pai é bom e eu, eu gosto dele também muito. Nós vamos na cidade passear. Na cidade é bom. Nós toma (mos) picolé.)

Segundo:

A MAMAI FAIÇCU
MIDAO PAPA/VAI
NARO
XAOU AEU BAPUU
UAGU DOAMIAM AE
NUOTE/ DU ARNOZO

(A mamãe faz comida, o papai vai na roça eu “barru” o chão, o nenê chora e eu ajudo a minha mãe nos “trem” do almoço.)

Nesses textos, podemos constatar a ausência da segmentação convencional exigida pela escrita, mas as crianças estão simplesmente demonstrando que têm uma percepção fonética muito acurada ao escreverem de acordo com sua própria fala. De fato, a fala é um *continuum*: ao falarmos não fazemos segmentação alguma, a não ser que falemos de maneira artificial, muito vagarosamente ou separando as sílabas propositadamente. As crianças percebem o funcionamento da fala tão bem que registram quase todas as palavras emendadas. No texto 1, por exemplo, as únicas palavras escritas separadamente são “mãe” e “é”, grafada sem acento, e no

texto 2 apenas o artigo “a” e o nome “mamãe” (que a criança grafou “mamae”) tiveram registro separado das outras.

E não é só na hiposegmentação (conferir Silva, 1991) que percebemos a relação entre a fala e a escrita dessas crianças. Dissemos, anteriormente, que pessoas do campo falam diferentemente daquelas que vivem nos centros urbanos, e podemos observar que os dois textos retratam o uso da variedade rural. No primeiro, aparecem as formas “bãu” e “tamei”, por exemplo, e no segundo aparecem “barru”, “trem” e “armoço”, em vez de “bom”, “também”, “varro”, “louça” e “almoço”, normalmente usados nas áreas urbanas.

Outras marcas da oralidade presentes na escrita dos dois textos são:

1) ditongação da vogal “o” diante de “a”: a criança escreve “boua” em vez de “boa”;

2) ditongação da vogal “o” diante da fricativa surda ([s]); a forma exigida pela escrita, “nós”, é escrita “nóis”;

3) ditongação da vogal “a” diante da fricativa surda: aparece a forma “fais” em vez de “faz”;

4) apagamento da semivogal “i” da palavra “muito” e nasalização da vogal “u” (que a criança grafa “muntu”);

5) anulação da oposição entre “i” e “e” em final de sílaba ou quando o “e” constitui elemento de coesão. Exemplos.:

a- “Na cidadi é bãu”;

b- “O meu pai é bãu i eu gosto deli”;

6) anulação do contraste entre “u” e “o” em final de sílaba ou quando o “o” constitui artigo. Exemplos.:

a- “Eu gustu deli”;

b- “Eu barru u chãu”;

7) supressão do “r” em final de palavra: a criança escreve “passiá” e não “passear”;

8) queda do “s” em final de palavra: a forma “vamos” é substituída por “vamu”, porque a criança provavelmente fala dessa maneira;

9) alternância de “l” por “r” posvocálico (fenômeno conhecido como rotacismo) em final de sílaba: o exemplo é “armoço” que a criança escreveu “arnoço”.

Do ponto de vista sintático, destaca-se a falta de concordância do verbo com o sujeito em “nóis toma picolé”, e em “ajudo a minha mãe nos ‘trem’ do armoço” destaca-se a ausência da concordância nominal.

Nos outros textos de nossa amostra, constituída por alunos de escolas públicas de Foz do Iguaçu e de escolas públicas e particulares de Curitiba, as marcas da oralidade também são percebidas na escrita das crianças.

A ditongação das vogais diante de fricativa surda, tal como nos textos anteriormente analisados, é bastante comum. Encontramos, por exemplo, “mais” no lugar da conjunção adversativa “mas”, e “fais” e “treis” substituindo as formas “faz” e “três”, dentre outras palavras.

A supressão do “r” e do “s” em final de palavra também é comum, como atestam as formas “jogá”, “mulhé”, “vamo” e “vamu”, assim como a marca nasal dental na palavra “muito”, normalmente grafada “muinto” ou “muintu” pelas crianças.

A não-distinção entre “i” e “e” e entre “u” e “o” é encontrada em final de sílaba tanto em interior quanto em final de palavra, como mostram os exemplos “Cicilha Merelis”, “deli”, “durmir” e “muitu”.

A ausência da oposição entre [ou] e [o] e entre [ei] e [e] também são freqüentes, e podem ser exemplificadas pelas formas “roxinou”, “dotor”, “geladera” e “cachuera”. Barros, Parcker e Costa (1989) constataram que o apagamento da semivogal é corrente no dialeto de Curitiba, principalmente quando correlacionado ao estilo da fala.

A queda da vogal “u” em final de palavra é atestada pela ocorrência freqüente de palavras tais como “tiro” e “chego”, dentre outras.

A vocalização de velar posvocálica ([l] passando a [u]) em trava de sílaba é constante na grande maioria dos textos analisados, independentemente de sua posição na palavra, de a criança ser de escola pública ou particular e da região em que vive. Encontramos, por exemplo, “sauvou”, “resouveu”, “casau” e “hoteu” substituindo as formas preconizadas pela escrita, grafadas com “l”. Isso corrobora a afirmação de muitos lingüistas de que a grande maioria dos brasileiros não distingue mais o “l” do “u” na língua falada. Temos, assim, um exemplo de mudança lingüística implementada no português do Brasil. Mas é interessante observar que a percepção da escrita e a pressão escolar está presente desde cedo nos textos infantis, porque mesmo falando “u” e não “l”, as crianças escrevem muitas vezes conforme a exigência da convenção ortográfica, o que vai ao encontro da afirmação de Abaurre (1986) de que a criança também usa a escrita convencional na produção de seus primeiros textos.

Além dessas variações de ordem fonética, os textos analisados também apresentam variações de natureza morfológica e sintática, que não serão abordadas aqui. Mas, pelos exemplos dados, é possível constatar que as crianças em fase de aquisição da escrita se utilizam da própria fala ao produzir textos espontâneos escritos. Portanto, as questões relativas à variação lingüística não podem ser ignoradas pela escola, especialmente no período da alfabetização, sob pena de se considerarem erros o resultado de reflexões profundas e de não se valorizar o conhecimento lingüístico das crianças.

Para compreender a escrita inicial dos alunos e o porquê dos seus muitos "erros", é necessário, dentre outras coisas, que se valorize a oralidade e que se compreenda que eles muitas vezes transferem para a escrita marcas da variedade lingüística que usam no dia-a-dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAURRE, M. Introduzindo a questão dos aspectos lingüísticos da alfabetização. Associação Brasileira de Lingüística, *Boletim* 7. p. 29-36, abr. 1986.
- _____. O que revelam os textos espontâneos sobre a representação que faz a criança do objeto escrito? In: SEMINÁRIOS DO GEL. (1987, Campinas). *Anais...* Campinas, 1987, p. 129-135.
- ABREU, M. T. *Formas de Tratamento*. Florianópolis, 1987. Dissertação de Mestrado - UFSC.
- BARROS, D. S.; PARKER, S. M.; COSTA, V. L. A. *O apagamento do [y] nos ditongos decrescentes: uma questão de estilo*. *Fragmenta*. Curitiba: UFPR, 1989.
- CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e Lingüística*. São Paulo: Scipione, 1989.
- CÂMARA Jr., J. M. Erros de escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro. [1957] *Dispersos, Rio de Janeiro*: Fundação Getúlio Vargas, p. 35-46, 1972.
- DOWNES, W. *Language and society*. London: Fontana Paperbacks, 1984.
- FARACO, C. A. *Lingüística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.
- LABOV, W. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional. EDUSP, 1979.
- POSSENTI, S. *Sobre o ensino de português na escola*. Campinas: IEL/UNICAMP, [s.d.].
- SILVA, A. da. *Alfabetização: a escrita espontânea*. São Paulo: Contexto, 1991.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.
- TRUDGILL, P. *Sociolinguistics: An introduction to language and society*. [s.l.]: Penguin Books, 1983.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Relatório final do Projeto Subsídios Sociolingüísticos do Projeto Censo à Educação*, v.1, Rio de Janeiro, 1986.